

*José Luís Fiori*¹

Mas devemos nos lembrar que esperança e previsão embora inseparáveis, não são a mesma coisa. (Hobsbawn, 1997, p. 67).

1 A NOVA GEO-ECONOMIA ENERGÉTICA

No início de 2006, o eixo econômico do sistema mundial já está completamente refeito, e não deve ser alterado nas próximas décadas. Depois de 1945, a economia capitalista cresceu liderada pelos Estados Unidos, e pela Alemanha e o Japão, seus dois protetorados militares que se transformaram em cadeias transmissoras do dinamismo global, na Europa e no Sudeste Asiático. Um tripé que funcionou, de forma absolutamente virtuosa, até 1973, unificado pela reconstrução do pós-guerra, e pela competição com a União Soviética, enquanto se desfaziam os velhos impérios coloniais europeus. Esse eixo dinâmico da economia mundial entrou em crise na década de 1970, e perdeu seu fôlego global, na década de 1980, logo antes que as economias alemã e japonesa entrassem em estado de letargia crônica, nos anos 1990. Ao contrário dos seus antigos parceiros, os Estados Unidos cresceram durante as duas últimas décadas do século XX, de forma quase contínua, liderando uma reestruturação profunda da economia mundial. Foi o período em que a economia nacional da China – e logo depois, a da Índia – foram assimiladas pelo “território econômico” do capital financeiro americano, e se transformaram na fronteira de expansão e acumulação capitalista do sistema mundial.

Dentro dessa nova arquitetura, a Alemanha e o Japão ainda não perderam seu lugar, na hierarquia das economias nacionais, nem deixaram de ser países ricos, cada vez mais ricos, apenas perderam o seu protagonismo e a sua liderança do processo de acumulação do capital, a escala global. Foram substituídos pelo novo tripé, e esta mutação geológica da economia mundial não tem mais como ser revertida no médio prazo, mesmo que alguns setores do *establishment* político e acadêmico americano sigam propondo o bloqueio da expansão asiática, e da China, em particular. Daqui para frente, o entrelaçamento econômico desse novo tripé será cada vez maior, mesmo quando a sua competição geopolítica cresça, até o limite do enfrentamento explícito.

É interessante observar que essa revolução renova, de fato, uma das relações mais antigas e permanentes da história econômica moderna. A relação do “ocidente” com as “índias”, que está na origem do “milagre europeu” e da economia capitalista, e de todos os grandes impérios que se constituíram, depois dos “descobrimientos”. Nesse sentido, a nova geografia do capitalismo mundial mantém, atualiza e potencializa, a um só tempo, a relação transcontinental que está na origem da globalização do capitalismo europeu. Essa “permanência” do sistema mundial, entretanto, não elimina a novidade revolucionária da nova geografia econômica do sistema, nem diminui o seu impacto sobre

¹ Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

a economia mundial. É muito difícil prever todas as suas conseqüências, mas já é possível mapear os primeiros “congestionamentos” e conflitos que estão sendo provocados por desse deslocamento geo-econômico. Nessas horas de mudança radical, a economia e a política tendem a convergir mais do que de costume, e fica mais fácil identificar conexões e sobreposições entre o jogo geopolítico da defesa e da acumulação do poder, e o jogo geo-econômico da monopolização e da acumulação da riqueza. Como se pode ver, por exemplo, neste momento, com relação ao problema da “segurança energética” dessa nova máquina de crescimento, um verdadeiro quebra-cabeça, do ponto de vista da reorganização e redistribuição – política e econômica – dos recursos disponíveis e escassos, nos vários pontos do mapa energético do mundo. Não é difícil entender a complexidade do novo arranjo que está em curso, basta olhar para as duas pontas do novo sistema e para as projeções de suas necessidades, se for mantido seu dinamismo atual.

Em conjunto, a China e a Índia detêm um terço da população mundial, e vêm crescendo nas duas últimas décadas a uma taxa média entre 6% e 10% ao ano. Por isso, ao fazer seu *Mapa do Futuro Global*, o Conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos previu em 2005, que até 2020, a China deverá aumentar em 150%, o seu consumo energético, e a Índia em 100%, se forem mantidas suas taxas de crescimento econômico. E nenhum dos dois países tem condições reais de atender a suas necessidades internas por meio do aumento de sua produção doméstica de petróleo ou de gás. A China já foi exportadora de petróleo, mas hoje, é o segundo maior importador de óleo do mundo, importações que atendem um terço de suas necessidades internas. No caso da Índia, sua dependência do fornecimento externo de petróleo é ainda maior do que a da China, e nestes últimos quinze anos, passou de 70% para 85% do seu consumo interno. Para complicar o quadro das necessidades asiáticas, o Japão e a Coréia permanecem altamente dependentes de suas importações de petróleo e de gás, o que contribui ainda mais para a intensificação da competição econômica e geopolítica dentro da própria Ásia.

A necessidade urgente de antecipar-se e garantir o fornecimento futuro de energia é que explica, por exemplo, neste momento, a aproximação de todos estes países asiáticos com o Irã, a despeito da forte oposição dos Estados Unidos. Como explica também a ofensiva diplomática e econômica recente – maciça, em alguns casos – da China na Ásia Central, na África, e até mesmo na Venezuela; e a presença crescente da Índia, em Burma, Sudão, Líbia, Síria, Costa do Marfim, Vietnã e na própria Rússia. Além da sua participação conjunta na disputa competitiva, quase belicosa, com os Estados Unidos e com a Rússia, pelo petróleo do Mar Cáspio e seus oleodutos alternativos de escoamento, através da Ucrânia, Geórgia, Arzerbaijão, Turquia, Polônia, ou Afeganistão e Paquistão. Seguindo a mesma estratégia dos seus governos, as grandes corporações públicas ou privadas chinesas e indianas também têm realizado investidas fora de sua zona imediata de atuação tradicional, para controlar empresas estrangeiras que garantam o fornecimento futuro de petróleo para seus países. Como foi o caso da *China National Offshore Corporation*, que já comprou participação acionária em empresas no Irã, como também no grupo *Yukos* na Rússia, e na *Unocal*, dos Estados Unidos, o mesmo caminho que vem sendo trilhado pelas grandes empresas estatais indianas – a ONGC e a IOC – que já anunciaram novas associações na Rússia, no Irã e na própria China. Por fim, o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres atribui a esta mesma disputa energética, a recente reestruturação naval e a presença militar crescente dos chineses e indianos no Mar da Índia e no Oriente Médio. Como

se quisessem lembrar, aos economistas mais ingênuos, o parentesco muito próximo que existe entre os caminhos do mercado e a competição militar.

No outro lado da ponta desse novo eixo dinâmico da economia mundial, estão os Estados Unidos, que já eram e seguem sendo os maiores consumidores de energia do mundo, e que além disto estão empenhados em diversificar suas fontes de fornecimento, para diminuir sua dependência dos países do Oriente Médio. Hoje, a Arábia Saudita só atende a 16% da demanda interna dos Estados Unidos que já conseguiu deslocar a maior parte do seu fornecimento de energia para dentro de sua zona imediata de segurança estratégica, situada no México e no Canadá, aparecendo a Venezuela logo em seguida, como seu quarto fornecedor mais importante. Mas, além disso, os Estados Unidos vêm trabalhando ativamente para obter um acordo estratégico de longo prazo com a Rússia, e vêm avançando de forma agressiva e competitiva em cima dos novos territórios petrolíferos situados na África sub-sahariana e na Ásia Central, na região do Mar Cáspio. Isto é, na sua condição de poder global, os Estados Unidos estão disputando todos os territórios que tenham disponibilidade ou que apresentem algum potencial futuro, capaz de garantir a expansão contínua do seu poder econômico e político. Para complicar esse quadro, na sua área imediata de influência tradicional, a Grã-Bretanha, depois de alguns anos, voltou a sua condição de importadora de petróleo, ao lado dos seus demais sócios da União Européia, que importam da Rússia, 49% do seu gás, e que deverão estar importando da mesma Rússia, algo em torno de 80%, por volta de 2030.

Por isso, o governo do presidente Putin está trabalhando de forma tão agressiva para transformar a Rússia num “gigante mundial da energia”, unificando e reestatizando suas empresas produtoras, segundo o modelo ARAMCO, da Arábia Saudita. Essa nova mega-empresa deve se transformar num instrumento fundamental de poder, na luta russa para se recolocar dentro do jogo econômico das grandes potências e para aumentar a margem de manobra e negociação da Rússia, dentro da própria Europa.

Em síntese, o que está se vendo no campo geo-econômico e, em particular, no “mundo da energia”, é uma expansão veloz da demanda e um aumento da intensidade da competição, entre os velhos e os novos grandes consumidores de petróleo e gás natural disponível no mundo. Mas esta não é apenas uma disputa normal de mercado, nem é o produto de alguma manobra da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) ou do aumento puro e simples das taxas de crescimento da economia mundial. Pelo contrário, é o produto de uma gigantesca mutação geo-econômica do capitalismo mundial, que está exigindo não apenas um aumento da produção da energia, mas também uma redistribuição radical de suas fontes de produção.

2 A CRISE DE LIDERANÇA POLÍTICA DO SISTEMA MUNDIAL

Por outro lado, do ponto de vista geopolítico, não há dúvida – neste início de 2006 – de que o sistema político internacional está perdendo “vitalidade orgânica”, e de que os Estados Unidos estão – neste momento – sem uma orientação estratégica nítida e consensual. E tudo indica que essa tendência deva se manter e se aprofundar durante o ano de 2006, porque não existe solução imediata para nenhum dos problemas que estão na origem desta “sensação de vácuo”: o pântano em que se transformou a intervenção americana no Iraque, a inconclusividade radical da “guerra global” ao

terrorismo, declarada pelo presidente George W. Bush e, finalmente, a ausência de um projeto ou de uma ideologia capaz de legitimar o arbítrio americano e mobilizar lealdades no plano internacional.

Dois anos e meio depois do presidente Bush anunciar a vitória americana, a insurgência iraquiana e as perdas humanas aumentam sem parar e, nos últimos meses, a sociedade e o *establishment* americano voltaram a dividir-se, como já havia acontecido na guerra do Vietnã. Aos poucos, vai se generalizando a convicção de que o governo Bush criou para si mesmo uma armadilha, e agora se encontra numa disjuntiva muito difícil: se o presidente americano retirar de imediato suas tropas do Iraque, deixará para trás uma guerra civil sangrenta, e sairá enfraquecido, dentro e fora do Oriente Médio; mas ao mesmo tempo, se decidir permanecer no Iraque, segundo muitos especialistas, deverá enfrentar-se com um lento deterioro de sua situação militar, o que ressuscita de imediato o fantasma do Vietnã. Frente ao impasse, alguns analistas americanos têm proposto uma alternativa verdadeiramente “heterodoxa”: uma reaproximação e um acordo para que o Irã assuma a defesa da “nova ordem” e do governo xiita de Bagdad, depois da saída das tropas americanas. Nesse caso, entretanto, o produto final da Guerra do Iraque seria a criação de um “eixo de poder” xiita no Oriente Médio – incluindo o Líbano, a Síria e o Iraque – sob a liderança do Irã, o principal inimigo dos Estados Unidos, na Região. Uma façanha inédita, uma verdadeira “cambalhota” no campo da política internacional.

A consequência imediata desse “atolamento” dos Estados Unidos, no Iraque, foi o descrédito e o arquivamento precoce, durante o ano de 2005, do grande projeto neo-conservador, do segundo governo de George W. Bush: o seu programa de democratização e reforma econômica liberal, do “*Grande Oriente Médio*”, uma espécie de “cruzada civilizatória” do antigo Império Otomano, que foi recebido pelos europeus, no seu devido momento, com a indisfarçável complacência dos mais velhos. Mas, além disso, o fracasso iraquiano corroeu a credibilidade das ameaças americanas contra o “eixo do mal” – em particular, no caso da Coreia do Norte que, no ano de 2005, foi passando lentamente para um segundo plano das preocupações diplomáticas dos Estados Unidos.

No caso da “guerra global ao terrorismo”, os Estados Unidos se mostram cada vez mais divididos e impotentes frente a uma ameaça ubíqua, de grupos e redes que não obedecem a nenhuma hierarquia nem muito menos a comando centralizado. Os atentados de 2001 serviram para que os Estados Unidos criassem um novo inimigo bipolar, propondo ao mesmo tempo uma parceria estratégica global, com todas as demais grandes potências, com o objetivo de combater o “terrorismo internacional”. Essa parceria estratégica, entretanto, só foi aceita pelas grandes potências de maneira parcial e com o devido respeito pela soberania mútua, mas além disto a prolongação e indefinição da “guerra global” ao terrorismo vem criando dificuldades crescentes para os próprios Estados Unidos.

Em primeiro lugar, porque do ponto de vista da segurança interna dos Estados Unidos, a ubiqüidade do adversário “interno” exigiria, para ser eficaz, um controle permanente e cada vez mais rigoroso da própria sociedade americana, uma espécie de Estado de sítio crônico intolerável no longo prazo, mesmo para os norte-americanos. Em segundo lugar, porque do ponto de vista da segurança externa dos Estados Unidos, a nova estratégia cria uma situação de insegurança coletiva e permanente, dentro do sistema mundial. O novo adversário não é, em princípio, uma religião, uma ideologia, uma nacionalidade, uma civilização ou um Estado, e pode ser redefinido a cada momento pelos próprios

Estados Unidos, sendo portanto, variável e arbitrário. E, nesse sentido, os Estados Unidos se guardam no direito de fazer ataques preventivos contra todo e qualquer Estado nos quais eles considerem existir bases ou apoio às ações terroristas, o que significa a auto-atribuição de uma soberania imperial. Tudo indica, portanto, que a estratégia da luta global contra o terrorismo não tem sustentabilidade no médio prazo, e não conseguirá bipolarizar e equilibrar o sistema mundial no longo prazo. Pelo contrário, deve aumentar as resistências dentro dos próprios Estados Unidos, e acelerar o retorno do conflito entre as grandes potências, no médio prazo.

Não é de estranhar, portanto, que neste início de 2006, o mundo se sinta órfão da liderança americana. E o que se pode esperar, daqui para frente, é um prolongado e melancólico final do segundo mandato do presidente Bush. Seu governo perdeu o rumo estratégico no Iraque e na guerra ao terrorismo, mas além disto os Estados Unidos não dispõem no momento de um projeto, ideologia ou utopia capaz de mobilizar seus aliados tradicionais e a opinião pública mundial. A utopia da globalização virou um lugar comum, e perdeu sua força mobilizadora, porque sua promessa de igualdade e convergência da riqueza das nações e das classes foi sendo desmentida pelos fatos e pelos números do mundo real. Hoje, a retórica dos mercados desregulados e do fim das fronteiras nacionais soa como um jargão ultrapassado, sem capacidade de mobilizar pessoas, nem de organizar a estratégia ideológica do poder americano.

É importante sublinhar, entretanto, que a atual fragilidade do sistema político internacional não vem apenas dos Estados Unidos. Basta olhar para a Europa para encontrar a mesma falta de vitalidade e de nitidez estratégica no caso notório e terminal do governo Chirac, na França; do governo em decadência de Berlusconi, na Itália; e até mesmo, no caso do recém reeleito governo Blair, na Inglaterra, que vem enfrentando derrotas parlamentares e divisões e deserções sucessivas, dentro de suas fileiras partidárias e dentro do seu próprio governo, que decidiu participar da Guerra do Iraque, e agora vai se desfibrando lentamente. No caso da Alemanha, o recém formado governo de coalizão, entre democrata-cristãos e social-democratas – da primeira-ministra Ângela Merkel – já nasceu fragilizado pelo fato de reunir num mesmo gabinete os principais adversários das últimas eleições parlamentares alemãs que terminaram praticamente empatadas, refletindo a profunda divisão da sociedade alemã. Por fim, a própria União Européia perdeu fôlego e rumo, no ano de 2005, depois de que os franceses e holandeses disseram um rotundo “não”, à nova Constituição Européia, que foi imediatamente arquivada, deixando a União sem uma estrutura clara de poderes e sem um projeto estratégico de longo prazo. Dividida entre a posição inglesa, favorável à constituição apenas de um mercado comum e de um “império” frouxo, e a posição franco-alemã, favorável a um Estado Federal Europeu com um projeto econômico e de poder global.

Esses fatos e tendências apontam para um futuro imediato em que o mundo sentirá a falta de uma liderança clara e de alguma diretriz estratégica capaz de orientar o cálculo coletivo dos seus principais atores. Este quadro, que deve se manter e se aprofundar nos próximos tempos, não significa, entretanto, que o mundo esteja vivendo uma crise terminal do poder americano. Muitos especialistas têm dificuldade de analisar a conjuntura internacional sem referi-la a um fim próximo, ou a uma ruptura definitiva, confundindo, muitas vezes, o mundo real com seus desejos ou posições pessoais. Como sugerimos, os Estados Unidos estão atolados no Iraque e sem uma porta de saída clara e

honrosa, mas isto não configura uma crise catastrófica do seu poder global. Não há dúvida de que os Estados Unidos enfrentarão dificuldades crescentes nas próximas décadas para manter o seu controle global, político e econômico. Mas o que está em curso e que de fato interessa, no longo prazo, é a transformação ou mudança profunda e lenta do eixo geopolítico do sistema mundial. Depois de cinco séculos, a Europa perdeu sua centralidade, e o mundo vive por algum tempo sem uma bipolaridade nítida que organize o cálculo estratégico dos seus principais atores, enquanto a Ásia globaliza definitivamente o modelo interestatal de origem européia. Mas as duas principais transformações geopolíticas e geo-econômicas que estão em curso dentro do sistema mundial são de duração lenta, e estão ocorrendo simultaneamente em dois tabuleiros diferentes. Nos dois casos, foram deslançadas por duas decisões estratégicas tomadas no mesmo momento em que começava a “crise dos 1970”: a Ostpolitik, do primeiro-ministro alemão Willy Brandt, do fim da década de 1960; e a “abertura para a China” do governo Nixon do início dos anos 1970. A Ostpolitik de Brandt está na origem da abertura européia para o Leste, e de muitas das transformações que culminaram com a reunificação da Alemanha e a desconstrução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. E segue sendo o primeiro passo de uma crescente convergência ao Leste, entre Berlim e Moscou, que é um dos componentes mais complicados e estruturais da crise atual da União Européia. Não é um desatino prever uma aliança crescente entre o poder econômico alemão e o poder militar “ocioso” da Rússia, antigo pesadelo geopolítico dos anglo-saxões, que se transformado em realidade pode resenhar radicalmente a estrutura de poder dentro da massa eurásiana.

Por outro lado, a nova relação entre os Estados Unidos e a China reproduz e prolonga o eixo Europa-Ásia que dinamizou o sistema estatal e capitalista desde sua origem, e a relação privilegiada dos Estados Unidos com o Japão, desde 1949. Só que nesse caso, ademais da relação econômica complementar e competitiva entre Estados Unidos e China, o próprio sucesso da relação econômica prenuncia uma disputa cada vez maior pela hegemonia militar no Sudeste Asiático. É bom lembrar que, durante a Guerra Fria, os Estados Unidos mantiveram sua competição militar com um país com o qual não mantinham relações econômicas importantes para o dinamismo de sua própria economia nacional. E mantiveram relações econômicas dinâmicas com países que não tinham autonomia militar, nem possibilidade de expandir seu poder político nacional. Com a relação americano-chinesa, a complementariedade volta a ser parceira da competição político-militar. Nesse momento, os Estados Unidos não têm mais como se desfazer economicamente da China. Mas chegará a hora em que os Estados Unidos terão de enfrentar-se com o dilema de bloquear ou não o movimento expansivo da China para fora de si mesma, no momento em que este movimento não seja mais apenas econômico, e assuma a forma de uma vontade política imperial. E o mesmo acontecerá caso se materialize uma aliança de longo prazo, econômica e militar, entre a Alemanha e a Rússia.

Essas transformações podem tomar anos ou décadas, mas neste *intermezzo*, do ponto de vista do tempo longo, não existe passividade ou paralisia dentro do próprio sistema. A própria necessidade americana de alianças e apoios nas guerras do Afeganistão e Iraque acabou devolvendo, recentemente, a liberdade de iniciativa militar ao Japão e à Alemanha, ao mesmo tempo em que permitiu à Rússia reivindicar o seu direito de “proteção” na sua “área de influência” ou “zona de segurança” clássica, onde se instalaram bases e tropas americanas, depois de 1991.

Aos poucos está se formando uma nova polarização dentro do Oriente Médio com o surgimento de um eixo de poder xiita e a possibilidade de um confronto generalizado com as forças *sunitas*, dispersas por vários Estados da região. Enquanto isso, do outro lado do mundo, o sistema estatal e capitalista asiático se parece cada vez mais com o bem-sucedido modelo do “milagre europeu”, mas não é provável que se repita na Ásia algo parecido com a União Européia. E, portanto, como a história também é feita de permanências e repetições, não é de se estranhar o aumento periódico dos conflitos nas relações intra-regionais do Sudeste Asiático. Até mesmo na América Latina, é possível identificar mudanças significativas na política externa de vários países que contestam ou propõem redefinir os termos da hegemonia americana no “hemisfério ocidental”.

BIBLIOGRAFIA

HOBSBAWN, Eric. (1997). A história e a previsão do futuro. In: SOBRE história. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 67.